

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.155 - SP (2020/0272920-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ROSITA BLUMER
ADVOGADOS : RICARDO ALESSI DELFIM - SP136346
JOSÉ EDUARDO CAVALARI - SP162928
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE BOTUCATU
ADVOGADOS : ANTONIO HENRIQUE NICOLosi GARCIA - SP078532
LEANDRO AGUIAR VOLPATO - SP310200

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ROSITA BLUMER contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

FUNCIONALISMO SERVIDORA MUNICIPAL
INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL CONSISTENTE
NO PAGAMENTO DE PENSÃO MENSAL VITALÍCIA E
COMPENSAÇÃO DE DANO EXTRAPATRIMONIAL POR
INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE
DECORRENTE DE MOLÉSTIA ADQUIRIDA NO
EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES LABORAIS –
IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM REFORMA PARCIAL
DA SENTENÇA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE LABORAL
NÃO READAPTADA QUE SE CARACTERIZA COMO
CONCAUSA COMPENSAÇÃO DE DANO
EXTRAPATRIMONIAL DEVIDA DANO MATERIAL
INEXISTENTE INOCORRÊNCIA DE PREJUÍZO NOS
VENCIMENTOS PLEITO DE RECEBIMENTO DE
PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DESCABIDO
SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA RECURSO
PARCIALMENTE PROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 950 do CC e 21 da Lei n. 8.213/91, no que concerne à pensão vitalícia, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nos mesmos termos o v. acórdão do TJSP nega vigência ao art. 21 da lei 8213 e do arts. 186 e 950 do Código Civil.

O art. 21 da lei 8213 é claro que o acidente de trabalho independe da relação civil, que decorre do descumprimento de obrigações legais pelo recorrido.

Ao permitir a compensação da aposentadoria/benefício previdenciário com a indenização pela perda da capacidade laboral, nega o V. acórdão ao 21 da lei 8.213/91 e aos art. 186 e 950 do CC.

O art. 21 da lei 8213/91 é contraprestacional, ou seja, a indenização decorre do pagamento pelo segurado ao INSS e independe de dolo culpa, bastando o fato que acarreta o direito do mesmo.

Por sua vez, a indenização civil depende da demonstração de dolo ou culpa e nexo, como no caso em testilha e, portanto, possuem natureza e origem diversa, não podendo ser confundidas ou compensadas.

Fica patente a negativa de vigência aos mencionados artigos, pois se afasta a culpa/dolo e o dever de indenizar pela perda da capacidade laboral da recorrente e transfere ao Estado o ônus decorrente da contribuição do próprio recorrente acidentado.

A negativa de vigência é patente, pois se afasta mencionados artigos única e exclusivamente para se imputar ao recorrente o dever de "se auto indenizar", pois efetuou mês a mês o pagamento da indenização que recebe pelo acidente sofrido por culpa da recorrida.

Ademais, tanto negado sua vigência. o art 186 como 950 do Código Civil tem negado sua vigência.

A culpa esta caracterizada na sentença e no acórdão, demonstrando a falta de cuidado do recorrido para com a recorrente, que mesmo reclamando e com exames não foi readaptada e quando o foi teve agravada sua situação saúde, pois mal readaptada.

Nos mesmos termos nega vigência ao art. 950 do CC, pois ignora a indenização pela função que se inabilitou.

A redução da capacidade funcional da recorrente é patente consta do laudo pericial, inclusive a impossibilidade de exercer a função habilitada que outrora exercia.

Se tem que se reabilitar, esta obviamente inabilitada para a função, fato que acarreta a indenização material prevista no art. 950 do CC.

Se esta inabilitada, se tem que se readaptar, não pode não ser indenizada, já que há perda funcional para determinada função.

Assim, novamente, há clara negativa de vigência a lei federal, tanto pela compensação de valores, quando pela não aplicação do art. 186 e 950 do CC ao caso em questão. (fls. 318-320).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega divergência jurisprudencial quanto à matéria, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Veja-se que o Tribunal "a quo" entende que o recebimento de salário, de readaptação ou mesmo do benefício previdenciário

pelo afastamento dos serviços, supre eventual perda material, não obstante o fato de que o acidente ocorreu durante o labor, com agravamento de concausa, demonstrado por nexos, que faz a recorrente ter dores e limitações na sua rotina.

Ocorre que, não se pode confundir a aposentadoria, benefício e salário com a indenização decorrente da perda da capacidade funcional ou sua redução, pois, a recorrente está incapacitada para a função que se habilitou.

A incapacidade foi reconhecida pelo laudo pericial, a necessidade de readaptação e a impossibilidade do exercício da função habilitada igualmente, portanto, o nexo causal está estabelecido.

Ocorre que ao afastar a indenização por perda material decorrente do acidente em decorrência do recebimento do salário e do benefício previdenciário, sob o argumento que inexistente perda material, o v. acórdão diverge da Constituição e da decisão de outros Tribunais, como se demonstrará. (fls. 309).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto ao art. 186 do CC, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o artigo apontado como violado não tem comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “É deficiente a fundamentação do recurso especial quando há incompatibilidade entre a tese sustentada e o comando normativo contido no dispositivo legal apontado como descumprido. Incidência da Súmula nº 284 do STF”. (AgInt no REsp n. 1.846.655/PR, Terceira Turma, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 23/4/2020.)

Confiram-se também os seguintes julgados: REsp n. 1.798.903/RJ, relator para o acórdão Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, DJe de 30/10/2019; AgInt no REsp n. 1.844.441/RN, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.524.220/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 18/5/2020; AgRg no AREsp n. 1.280.513/RJ, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 27/5/2019; AgRg no REsp n. 1.754.394/MT, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 17/9/2018; AgInt no REsp n. 1.503.675/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 27/3/2018.

Quanto aos arts. 950 do CC e 21 da Lei n. 8.213/91, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida

ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois, nas razões do recurso especial, não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia” (AgInt no AREsp n. 1.558.460/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 11/3/2020.)

Confirmam-se também os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgInt no REsp n. 1.679.614/PE, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 18/9/2017; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005.

Além disso, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No entanto, quanto ao pleito de indenização patrimonial, consistente tão-somente no pagamento de pensão mensal vitalícia, não há dano a ser reparado. A requerente, como atesta o laudo pericial, possui condições de trabalhar como readaptada e, consabido, em tal situação, não há redutibilidade dos vencimentos. Ademais, durante o período em que esteve afastada recebeu o correspondente benefício previdenciário. Logo, inexistente prejuízo para a autora a justificar o recebimento da aludida pensão.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ademais, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não é possível a alegação de dissídio com julgados do TST ou do TRT.

Nesse sentido: “Não se conhece do recurso pela alínea 'c' do permissivo, tendo em vista que a recorrente traz à colação acórdão proferido por Tribunal Regional do Trabalho. Como é cediço, a divergência jurisprudencial há de ser demonstrada por julgados deste Tribunal ou a si vinculados, não se enquadrando, na espécie, arestos proferidos pela Justiça Obreira (REsp 824.667/PR, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 11/9/2006, p. 230)”. (AgRg no AREsp 143.763/RJ, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 30/10/2013.).

Superior Tribunal de Justiça

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.330.215/RS, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 5/9/201; AgRg no AREsp 674.022/SP, relatora Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe de 31/5/2016; e AgRg no REsp 1.344.635/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 28/11/2012.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente